

GLOBALIZAÇÃO E EMPREGO: UMA BREVE GEOGRAFIA INTERNACIONAL DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO*

João Tomás dos Santos Abrão**
Fábio Pádua dos Santos***

Resumo

Objetivo: O trabalho busca compreender o comportamento e os impactos da Terceira Divisão Internacional do Trabalho (DIT) nos diferentes blocos de países do sistema internacional (centro, semiperiferia e periferia). O foco está em analisar como a reorganização global do emprego e da renda do trabalho contribuiu para a manutenção da desigualdade socioeconômica entre esses blocos. **Método:** A pesquisa utiliza uma abordagem sistêmica, baseada em dados da plataforma ILOSTAT (OIT), analisando três indicadores principais: emprego por atividade econômica, emprego por ocupação e distribuição da renda do trabalho. Foram coletadas estimativas de 79 países entre 1991 e 2020. A análise é complementada por revisão bibliográfica crítica de autores como Wallerstein, Castells, Pochmann, dentre outros. **Resultados:** O estudo revelou que nos países do centro, há predominância de empregos em serviços avançados, altamente qualificados e tecnológicos, consolidando uma posição privilegiada globalmente. Na semiperiferia e periferia, predominam ocupações pouco qualificadas, com forte presença de serviços braçais, indústria de base e atividades agrícolas, apesar do êxodo rural. A distribuição da renda do trabalho é menos desigual nos países centrais, devido a mecanismos de redistribuição, mas apresenta estagnação. A semiperiferia reduziu desigualdades, impulsionada pelo crescimento do setor manufatureiro, enquanto a periferia mantém altos índices de concentração de renda e empregos de baixa qualificação. Observa-se desindustrialização nos países centrais, com transferência de indústrias para periferia e semiperiferia, e aumento relativo da participação industrial nesses blocos. **Conclusões:** Apesar das profundas transformações tecnológicas e econômicas, a Terceira DIT mantém a essência desigual e hierarquizada do sistema-mundo moderno. A dependência e subordinação dos países periféricos e semiperiféricos em relação aos centrais persiste, com concentração de empregos de alta qualificação e renda nos países do núcleo, perpetuando o regime de trocas desiguais originado no sistema colonial e mantido pela lógica capitalista contemporânea.

Palavras-chave: Divisão Internacional do Trabalho; globalização; emprego; sistema-mundo.

1. Introdução

Nas últimas quatro décadas, a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) passou por transformações profundas, impulsionadas pela ascensão das políticas neoliberais e pelo avanço do processo de globalização. Essa fase, caracterizada pelo que Harvey (2005 [1992]) denominou como *acumulação flexível*, implicou em uma reestruturação produtiva global, com o deslocamento de segmentos industriais para regiões de menor custo e a expansão de novas formas de trabalho precarizado e flexível. Nesse contexto, a transição das economias centrais para modelos de crescimento baseados em serviços provocou o deslocamento de parcelas significativas das atividades industriais do centro para a semiperiferia e a periferia.

** Pesquisador do Laboratório de Sociologia do Trabalho da UFSC. Bacharel em Relações Internacionais pela mesma universidade.

*** Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSC.

Esse movimento reconfigurou a organização e a distribuição do emprego em nível mundial, alterando não apenas sua localização geográfica, mas também seu conteúdo, grau de qualificação e remuneração. Mais recentemente, a difusão das tecnologias digitais, a financeirização e a expansão das cadeias globais de valor vêm introduzindo novas formas de integração produtiva e de controle do trabalho, redefinindo as fronteiras entre o trabalho industrial, de serviços e de plataformas digitais, conforme desenvolvem (Srnicsek, 2017; Huws, 2014; Zuboff, 2019). Essas transformações expressam o que Antunes (2018) identifica como uma metamorfose da *classe-que-vive-do-trabalho*, marcada pela desestruturação do emprego formal, pela intensificação da exploração e pela emergência daquilo que Standing (2021) denomina de *precariado global*.

No plano sistêmico, a reorganização global da produção indica o surgimento da chamada *Terceira Divisão Internacional do Trabalho*, fase em que a combinação entre reindustrialização seletiva, digitalização e serviços globalizados redefine as hierarquias da economia-mundo capitalista. Essa nova etapa, no entanto, parece reproduzir e, em alguns casos, intensificar as desigualdades estruturais entre centro, semiperiferia e periferia. Portanto, é válido questionar em que medida as transformações na estrutura produtiva e ocupacional global contribuíram para reconfigurar os padrões de emprego e de renda do trabalho? Quais zonas econômicas se beneficiaram dessas mudanças, e quais permaneceram em posições subordinadas na hierarquia do sistema-mundo?

O objetivo deste artigo é compreender o comportamento e os impactos da Terceira DIT nas diferentes zonas da economia-mundo capitalista, identificando e analisando as transformações na composição dos empregos por atividade econômica e ocupação entre 1991 e 2020. O estudo destaca semelhanças e diferenças entre centro, semiperiferia e periferia, examinando como essas regiões se diferenciam na estrutura do emprego e na distribuição da renda do trabalho no sistema-mundo moderno.

O argumento central sustenta que, apesar das transformações tecnológicas e produtivas que caracterizam a Terceira Divisão Internacional do Trabalho reafirma a essência desigual e hierarquizada do sistema-mundo moderno. A reorganização global da produção, baseada na realocação industrial, na expansão dos serviços tecnológicos e digitais nos países centrais e na crescente integração produtiva em cadeias globais de valor, reproduz a dependência estrutural da semiperiferia e da periferia, ainda que alguns países tenham alcançado ganhos relativos de inserção e complexidade produtiva. Conforme apontam Silver (2003) e Robinson (2014), a globalização contemporânea produziu não apenas uma reconfiguração das hierarquias econômicas, mas também novas tensões sociais derivadas do deslocamento geográfico da

produção e da transnacionalização do capital. Assim, a atual configuração do trabalho global expressa uma reconfiguração sem ruptura da hierarquia centro-periferia, na qual o capitalismo de plataforma e as novas formas de precarização representam a face mais recente de sua desigualdade estrutural.

Para descrever a geografia internacional do trabalho contemporâneo, o presente trabalho adotou uma metodologia que combina análise empírica e revisão crítica da literatura. Foram utilizados dados da plataforma ILOSTAT, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), abrangendo 79 países entre 1991 e 2020. Os indicadores centrais (emprego por atividade econômica, emprego por ocupação e distribuição da renda do trabalho) foram analisados de forma comparativa entre os três grupos de países (centrais, semiperiférico e periféricos). Essa abordagem quantitativa foi complementada por uma base teórica ancorada em autores como Marcio Pochmann (2001), Giovanni Arrighi (1997), Immanuel Wallerstein (2001; 2004), Manuel Castells (2016 [1996]), David Harvey (2005), Ricardo Antunes (2018), Beverly Silver (2003), William Robinson (2014), além das contribuições recentes sobre cadeias globais de valor e capitalismo digital como Gereffi (2018), Mezzadra & Neilson (2019), Srnicek (2017) e Zuboff (2019).

Para tanto, o artigo está organizado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A seção 2 apresenta os fundamentos teóricos da Divisão Internacional do Trabalho e sua evolução histórica até a Terceira DIT. A seção 3, por sua vez, discorre brevemente sobre como a globalização e as novas tecnologias transformaram o mundo do trabalho, promovendo flexibilidade, terceirização e exigindo maior qualificação, ao mesmo tempo em que aprofundaram a competição e a instabilidade nas relações de emprego. Já a seção 4 expõe e discute os resultados da análise exploratória comparativos entre centro, semiperiferia e periferia, evidenciando as tendências recentes na estrutura ocupacional e na distribuição da renda do trabalho.

2. Transformações na divisão internacional do trabalho

O conceito de Divisão Internacional do Trabalho (DIT) foi inicialmente abordado pela Economia Política Clássica, com Adam Smith (1776), que analisou os benefícios da divisão social e técnica do trabalho para o crescimento da riqueza das nações, explicando, em especial, que os países se beneficiariam ao se especializarem na produção de bens nos quais são mais eficientes. David Ricardo (1817), partindo das ideias de Smith, formulou a teoria das vantagens comparativas e sugeriu que cada país deveria se especializar na produção de bens em que possuísse maior eficiência relativa. Nessa abordagem inicial, a DIT é compreendida como um

processo natural e eficiente, no qual a organização da produção visa à maximização da produtividade. Não havia uma reflexão aprofundada sobre o controle do trabalho para além do que ocorria internamente nas fábricas, e assumia-se que a distribuição da renda era determinada pelo mercado e pela produtividade relativa. Embora útil para explicar os fluxos comerciais, essa perspectiva negligenciava as relações de poder e a desigualdade estrutural entre países e regiões.

A crítica marxista introduziu a dimensão histórica e política da DIT, ao destacar que a expansão desigual do capital subordinava outras regiões pelo mundo (sistema colonial) às necessidades dos modos de produção capitalistas mais avançados, estabelecendo relações de exploração estrutural a partir do mercado mundial. Marx (1867), por exemplo, analisou como a especialização produtiva e o controle do trabalho eram mediadas pelas condições de produção capitalista, enquanto Lênin (1917), Rosa Luxemburgo (1913) e Bukharin (1917), no debate sobre imperialismo, evidenciaram que a DIT derivava da expansão territorial e financeira dos monopólios. Nessa perspectiva, a organização da produção na periferia é definida por interesses externos, o controle do trabalho é limitado pela dependência econômica e política, e a distribuição do excedente favorece os centros, reproduzindo a hierarquia mundial de poder e riqueza.

Na América Latina, Raúl Prebisch (1949) e a CEPAL avançaram na análise ao demonstrar que a especialização primário-exportadora da periferia reforçava sua dependência estrutural. A produção periférica se concentra em commodities e atividades de baixo valor agregado, com controle do trabalho limitado às elites produtivas ou empresas multinacionais, enquanto a distribuição da renda permanece altamente concentrada. A partir desse diagnóstico, surgiram diferentes desdobramentos teóricos como a vertente weberiana da Teoria da Dependência, de Cardoso e Faletto (1979), que enfatizou fatores institucionais e históricos na organização da produção e no controle do trabalho. Contrapondo o debate do imperialismo e as teses cepalinas, a teoria marxista da dependência, de André Gunder Frank (1967), argumentou que a subordinação econômica da periferia era resultado direto da lógica capitalista mundial, com extração sistemática de excedente pelo centro.

Sob a influência desses debates, a perspectiva dos sistemas-mundo, consolidada por Immanuel Wallerstein (1974), compreende a DIT como um mecanismo estruturante do moderno sistema-mundo. Para o autor, o sistema-mundo capitalista se caracteriza por uma extensa divisão axial do trabalho fragmentada por estados que dá origem a três zonas hierarquicamente determinadas: os estados centrais; as áreas semiperiféricas; e as áreas periféricas. Segundo Arrighi (1990, p.15), as relações entre centro e periferia não decorrem de atividades específicas realizadas por cada Estado, mas sim de um resultado sistêmico gerado

pelo constante processo de destruição criativa, e também não tão criativa, impulsionado pela disputa dos benefícios da divisão mundial do trabalho. A análise dos sistemas-mundo sustenta que a capacidade de um Estado de apropriar-se desses benefícios depende fundamentalmente de sua posição na hierarquia de riqueza global. Quanto mais elevado for esse posicionamento, maiores serão as chances de seus governantes e cidadãos iniciarem e controlarem processos de inovação, bem como se protegerem dos impactos negativos das inovações promovidas por outros. Em contrapartida, Estados situados em posições inferiores enfrentam oportunidades significativamente mais limitadas nessa disputa.

Sob a ótica da análise dos sistemas-mundo, a relação entre trabalho e hierarquia nas zonas periféricas se dá de forma que o tipo de controle sobre o trabalho e as formas de apropriação da renda não apenas refletem a posição estrutural dos países na hierarquia mundial da riqueza, mas também a reproduzem e transformam. Em um movimento dialético, a estrutura condiciona as possibilidades de ação e organização do trabalho, ao mesmo tempo em que as práticas laborais e produtivas podem reforçar, adaptar ou tensionar essas hierarquias.

Nesta direção, por exemplo, Beverly Silver (2003) demonstrou que os movimentos e conflitos laborais refletem diferentes regimes de acumulação global, nos quais a posição estrutural dos países e das regiões influencia diretamente o tipo de trabalho disponível e o poder de negociação dos trabalhadores. Ricardo Antunes (2018), ao analisar o “novo proletariado de serviços”, mostrou como a reorganização produtiva global criou formas de trabalho precarizado, terceirizado e altamente segmentado, evidenciando que a DIT não apenas desloca empregos geograficamente, mas também redefine o conteúdo e a remuneração do trabalho. Ursula Huws (2014), por sua vez, discutiu o surgimento do trabalho digital e das plataformas globais, destacando que a DIT contemporânea inclui não apenas setores industriais e de serviços tradicionais, mas também atividades distribuídas globalmente em redes digitais, muitas vezes com baixa proteção laboral e remuneração variável. Neste debate, Guy Standing (2021) introduziu o conceito de precariado, evidenciando como a inserção periférica ou semiperiférica no sistema-mundo se traduz em instabilidade, insegurança econômica e desigualdade de renda, reforçando a lógica hierárquica da DIT. Por fim, Saskia Sassen (2006) analisou a mobilidade internacional do trabalho qualificado e a deslocalização de funções globais, mostrando que a concentração de serviços estratégicos no centro reforça o controle sobre o trabalho e a apropriação de renda, enquanto as periferias permanecem subalternas, especializando-se em atividades de menor valor agregado.

Visto em perspectiva, o conceito de Divisão Internacional do Trabalho (DIT) serve como recurso para analisar e explicar a repartição geográfica do processo produtivo entre as

unidades estatais que formam o moderno sistema-mundo a partir da perspectiva do trabalho. Embora Pochmann (2001) não seja um analista do sistemas-mundo, seu resgate histórico permite uma aproximação útil – sua tese percorre como as transformações mundiais, desde a Revolução Industrial, moldaram a organização da produção, o trabalho e a distribuição da renda ao longo do tempo. Segundo o autor, a DIT não é um fenômeno estático ou natural, mas um processo histórico condicionado pelas relações de poder entre países centrais e periféricos.

Historicamente, Pochmann (2001) identifica três fases da DIT. Na primeira fase, correspondente ao século XIX e início do século XX, as economias centrais se especializaram na produção industrial de maior complexidade, enquanto as periferias concentravam-se na produção de matérias-primas e produtos primários. O trabalho era intensivo, pouco qualificado e fortemente subordinado às necessidades das economias centrais, enquanto a distribuição da renda beneficiava os países industrializados. Na segunda fase, entre meados do século XX e a década de 1980, ocorreu uma reorganização industrial internacional, com a expansão da indústria em alguns países periféricos estratégicos, especialmente na Ásia. Embora essa fase tenha permitido algum aumento na qualificação do trabalho local e diversificação da produção, as desigualdades salariais e hierárquicas permaneceram, reforçando a dependência estrutural dos países periféricos em relação aos países centrais.

Ainda de acordo com o autor, a Terceira DIT, que se consolida a partir da década de 1980, é marcada por transformações profundas na organização da produção, nos tipos de trabalho e na distribuição da renda, impulsionadas pelo avanço da globalização neoliberal, pela financeirização da economia e pela crescente difusão de tecnologias digitais. Diferentemente das fases anteriores, nas quais a especialização se dava basicamente entre produção industrial e exportação de commodities, a Terceira DIT caracteriza-se pela reconfiguração das cadeias globais de valor, com realocação industrial, expansão de serviços avançados nos centros e intensa integração de atividades em escala mundial.

No âmbito da questão do trabalho, Pochmann (2001) observa que essa fase intensifica a precarização e a segmentação laboral. Os países periféricos e semiperiféricos permanecem inseridos em atividades de menor valor agregado, muitas vezes com jornadas extensas, baixos salários e pouca proteção social, enquanto nos centros os trabalhadores estão concentrados em setores de tecnologia, serviços avançados e atividades de maior complexidade, recebendo maior remuneração relativa e tendo maior controle sobre os processos produtivos. A estrutura de emprego, portanto, não se redistribui equitativamente; ela se reorganiza de forma hierárquica, reproduzindo a subordinação histórica das periferias.

Além disso, o autor destaca que a Terceira DIT não se limita às mudanças de localização de fábricas ou setores produtivos, mas altera o conteúdo do trabalho em si. Novas competências técnicas são exigidas nos centros de produção tecnológica, enquanto a automação, a terceirização e a fragmentação da produção reforçam a dependência da periferia em atividades de menor qualificação. Assim, o controle sobre o trabalho e a apropriação do excedente permanecem concentrados em países centrais, evidenciando que a globalização tecnológica não rompe a lógica estrutural da DIT, mas a reconfigura.

Por fim, Pochmann (2001) argumenta que a integração às cadeias globais de valor oferece oportunidades de inserção industrial e tecnológica aos países periféricos, mas também reforça vulnerabilidades históricas com dependência de decisões externas, exposição à competição global e dificuldade de mobilizar renda interna para ampliar proteção social e qualificação do trabalho. Dessa forma, a Terceira DIT evidencia a continuidade histórica da desigualdade estrutural, agora mediada por tecnologias digitais e fluxos globais de capital, trabalho e serviços.

Além de mapear essas fases históricas, o autor enfatiza ainda a relação intrínseca entre produção, trabalho e renda. Ele argumenta que a DIT define não apenas a localização geográfica das atividades econômicas, mas também o tipo de trabalho exigido, o grau de controle exercido sobre os trabalhadores e a distribuição da renda gerada. Nas economias centrais, predominam atividades de maior valor agregado, com trabalhadores mais qualificados e maior remuneração relativa. Nas periferias, prevalece trabalho intensivo e mal remunerado, subordinado às demandas externas, refletindo a estrutura desigual de acumulação global. Para Pochmann, compreender a DIT é essencial para analisar como a globalização reconfigura empregos e padrões de renda, revelando a persistência de desigualdades históricas no sistema mundial.

Portanto, a principal contribuição do conceito de Divisão Internacional do Trabalho (DIT) para compreender o mundo do trabalho atualmente é revelar como as relações históricas de poder e dependência entre países centrais, semiperiféricos e periféricos estruturam a distribuição global dos tipos de trabalho, níveis de qualificação e remuneração. O conceito mostra que o trabalho não é distribuído de forma neutra ou natural, mas sim condicionado por processos históricos, políticos e econômicos que perpetuam desigualdades e hierarquias globais.

No entanto, alguns pontos precisam ser melhor explorados para compreender a realidade atual do mundo do trabalho como: o impacto das novas tecnologias e da digitalização; a expansão do setor de serviços; a flexibilização e precarização das relações de trabalho; a

mobilidade internacional do trabalho qualificado e a persistência e transformação das desigualdades. Estes pontos serão analisados na próxima seção.

3. A sociedade da informação, o trabalho flexível e a relação centro-periferia

A emergência da sociedade da informação provocou profundas transformações no mundo do trabalho, que só podem ser compreendidas à luz da Divisão Internacional do Trabalho e da hierarquia centro–semiperiferia–periferia. Manuel Castells (2016 [1996]) observa que muitos autores caracterizam o período recente da modernidade como uma era pós-industrial, marcada pelo crescimento do setor de serviços, declínio relativo da indústria, expansão de empregos especializados em conhecimento e funções técnicas-administrativas. Em análises tradicionais, esses fenômenos são apresentados como uma trajetória “natural” de desenvolvimento, exemplificada pelos países centrais, nos quais o avanço econômico estaria associado à concentração de atividades produtivas e empregos qualificados no setor de serviços.

Castells, entretanto, propõe uma abordagem crítica por meio do conceito de *informacionalismo*, destacando que o crescimento do setor de serviços não ocorre de forma uniforme nem implica necessariamente o desaparecimento da indústria. Nos países periféricos e semiperiféricos, a indústria manteve ou até aumentou a participação no emprego nas décadas de 1970 e 1980, contrariando a narrativa de desindustrialização universal. Na visão dele, isso demonstra que a reorganização econômica é estruturalmente desigual de modo que se pode sugerir que no centro se concentram empregos altamente qualificados, enquanto nas periferias e semiperiferias concentram empregos de menor qualificação e valor agregado. Assim, a sociedade da informação transforma o trabalho global, mas dentro de uma lógica hierárquica internacional, na qual o acesso a empregos tecnológicos e de alta complexidade está fortemente condicionado pela posição estrutural do país.

Márcio Pochmann (2001) complementa essa análise, mostrando que a globalização da produção e a emergência do *informacionalismo* geraram uma nova lógica empresarial, centrada na competitividade global e na flexibilidade. Estratégias como terceirização, privatização e produção baseada no *just in time* aumentam a eficiência das empresas centrais, mas reproduzem desigualdades na DIT. Por exemplo, o controle sobre o trabalho é fragmentado, e a distribuição da renda concentra-se nos setores de maior valor agregado localizados nos países centrais. Para Pochmann (2001), as competências em tecnologias da informação tornaram-se requisitos essenciais para empregos minimamente decentes, enquanto o treinamento contínuo surge como uma das poucas estratégias estatais para mitigar a vulnerabilidade laboral, sobretudo em países periféricos e semiperiféricos.

Ainda sobre as consequências da flexibilização, Castells (2016 [1996]), seguindo Martin Carnoy, identifica quatro dimensões da flexibilização do trabalho: (i) jornada de trabalho flexível; (ii) instabilidade do emprego, regido por metas e tarefas; (iii) localização flexível, permitindo trabalho remoto e plataformas digitais; e (iv) fragilização do contrato social, com acordos instáveis e salários variáveis. Esses elementos, quando articulados a relação centro-periferia, mostram que a reorganização do trabalho e do setor de serviços reproduz a subordinação estrutural dos países periféricos, concentrando empregos qualificados nos centros e precarizando os trabalhadores nas regiões subordinadas.

Ampliando a compreensão de como a sociedade da informação e a expansão do setor de serviços operam dentro da hierarquia centro-periferia, Beverly Silver (2003), por exemplo, evidencia que os movimentos laborais e as disputas por direitos trabalhistas não podem ser entendidos apenas em termos nacionais ou setoriais. Para Silver (2003), a intensidade e a forma desses movimentos refletem diferentes regimes mundiais de acumulação, nos quais centros e semiperiferias estão integrados de maneiras distintas às cadeias globais de produção. A autora mostra que, nos centros, os trabalhadores conseguem melhores condições de negociação e proteção, enquanto em países periféricos e semiperiféricos os conflitos laborais são mais fragmentados e sujeitos à precarização, reforçando a desigualdade internacional no trabalho.

Guy Standing (2021) introduz o conceito de precariado, grupo emergente de trabalhadores caracterizado por instabilidade laboral, ausência de direitos sociais garantidos e insegurança econômica. Standing argumenta que a expansão de empregos flexíveis, terceirizados e digitais, típica da sociedade da informação, cria um novo estrato global de trabalhadores vulneráveis, concentrados principalmente nas periferias e semiperiferias. Assim, o precariado não apenas evidencia a precarização local, mas também a reprodução da desigualdade estrutural global, reforçando a lógica centro-periferia da DIT.

Ursula Huws (2014) analisa a fragmentação do trabalho digital, mostrando como as tecnologias da informação permitem dividir tarefas em pequenas unidades, distribuídas globalmente, muitas vezes para trabalhadores com pouca proteção e baixa remuneração. Huws destaca que essa fragmentação é organizada em escala internacional, com centros captando tarefas de maior valor agregado e periferias absorvendo tarefas simples, repetitivas e mal remuneradas. Assim, a digitalização não neutraliza desigualdades; pelo contrário, reforça hierarquias globais, integrando trabalhadores periféricos e semiperiféricos em posições subordinadas dentro da economia mundial.

Saskia Sassen (2006) enfatiza a mobilidade internacional de trabalhadores qualificados e a deslocalização de funções globais, mostrando como centros concentram empregos de alta

complexidade e decisões estratégicas, enquanto atividades de menor valor agregado são transferidas para semiperiferias e periferias. Essa dinâmica evidencia que a reorganização do trabalho não é apenas tecnológica ou econômica, mas estrutural, reforçando a concentração de renda, conhecimento e poder nos centros, e a subordinação econômica das regiões periféricas.

Em conjunto, esses autores dialogam com Castells e Pochmann, indicando que a expansão do setor de serviços, a digitalização e a flexibilização do trabalho não são fenômenos neutros, mas mecanismos estruturais de reprodução da desigualdade internacional, consolidando hierarquias centro-periferia na DIT. Enquanto Castells e Pochmann descrevem as transformações tecnológicas, organizacionais e educacionais que moldam o trabalho, Silver, Standing, Huws e Sassen fornecem o contexto global e sistêmico, mostrando como essas transformações se articulam à lógica estrutural da economia-mundo capitalista.

Em síntese, a sociedade da informação no moderno sistema-mundo não se configura apenas como um fenômeno tecnológico, mas como expressão de uma reorganização estrutural do trabalho em escala global, na qual os tipos de ocupações moldam a posição dos países na hierarquia mundial da riqueza, ao mesmo tempo em que essa posição hierárquica retroage sobre a natureza, a estabilidade e a remuneração dos empregos. Trata-se, portanto, de uma relação dialética, em que a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) é simultaneamente causa e consequência da distribuição desigual das formas de trabalho e da riqueza entre as nações. A globalização, o informacionalismo e a produção flexível consolidam hierarquias internacionais, reforçando a concentração de empregos de alto valor agregado nos centros e a precarização laboral nas periferias, evidenciando que a transformação do trabalho está indissociavelmente ligada à lógica estrutural da economia-mundo capitalista.

A próxima seção procura ilustrar a partir de uma análise descritiva como essas tendências se expressão contemporaneamente na geografia internacional do trabalho.

4. Resultados

4.1. Emprego por atividade econômica

As atividades mais relevantes no âmbito da Terceira DIT, podem ser elencadas a partir de características como alta intensidade tecnológica, qualificação profissional, investimento em Pesquisa & Desenvolvimento e oferta de serviços sociais; como saúde e educação. Nesse sentido, destacam-se cinco grupos de atividades econômicas que simbolizam uma economia avançada e competitiva internacionalmente:

- a) Transporte, armazenagem e comunicações (H; J);
- b) Atividades financeiras e de seguros (K);
- c) Atividades imobiliárias, profissionais, científicas e técnicas (L; M; N);
- d) Educação (P);
- e) Atividades de saúde humana e serviços sociais (Q).

Combinadas, essas cinco atividades econômicas representam a essência da *sociedade da informação*, surgida com a Terceira DIT. Como é possível inferir do Quadro 1 abaixo, nos países do centro entre 2011 e 2020 essas cinco atividades, a soma das médias, representaram 44% de todos os empregos. Na semiperiferia, para o mesmo período, a soma das médias foi de 19%. Para a periferia, 13%. No centro, quatro das atividades econômicas núcleo do *informacionalismo* figuraram entre as seis que mais empregaram; dentre as quatorze analisadas, para o período 2011-2020. Na semiperiferia e na periferia, apenas Transporte, armazenagem e comunicações (H; J) estava no ranking das seis atividades econômicas que mais empregaram durante o período.

Quadro 1 – Percentual do emprego por atividade econômica em países do centro, semiperiferia e periferia 1991-2020 (média por década)

Setor	Atividade econômica (ISIC Rev. 4)	Centro			Semiperiferia			Periferia		
		1991-2000	2001-2010	2011-2020	1991-2000	2001-2010	2011-2020	1991-2000	2001-2010	2011-2020
Primário	Total Agricultura, silvicultura e pesca (A)	3,95	2,74	2,27	46,48	39,28	28,42	51,55	46,32	39,40
Secundário	Mineração e extração (B)	0,37	0,33	0,33	0,80	0,70	0,63	0,57	0,67	0,76
	Indústrias de transformação (C)	19,09	15,40	12,96	16,21	16,23	17,13	10,43	10,54	11,07
	Infraestrutura (eletricidade, gás, água, saneamento...) (D; E)	0,96	1,02	1,25	0,89	0,86	0,97	0,34	0,34	0,47
	Construção (F)	7,66	7,92	7,12	4,24	5,84	8,54	3,58	4,17	5,32
	Total Indústria	28,08	24,66	21,66	22,14	23,63	27,28	14,93	15,72	17,62
Terciário	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (G)	15,76	15,16	14,29	8,46	10,00	11,04	12,93	15,20	17,39
	Transporte, armazenagem e comunicações (H; J)	8,19	8,83	9,12	4,78	5,76	6,78	3,73	4,62	5,06
	Atividades de alojamento e serviços de alimentação (I)	4,84	5,28	5,71	1,74	2,54	3,80	2,36	2,87	3,46
	Atividades financeiras e de seguros (K)	4,12	3,89	3,81	0,83	1,01	1,35	0,49	0,62	0,87
	Atividades imobiliárias; atividades profissionais, científicas e técnicas (L; M; N)	6,97	9,11	10,66	1,44	2,48	4,13	0,82	1,30	2,12
	Administração pública e defesa; seguridade social obrigatória (O)	5,79	5,78	5,70	3,64	3,81	3,86	3,36	2,96	2,90
	Educação (P)	7,03	7,45	7,87	3,58	4,26	5,07	3,31	3,48	3,91
	Atividades de saúde humana e serviços sociais (Q)	9,80	11,28	13,02	2,07	2,08	2,53	1,33	1,39	1,57
	Outros serviços (R; S; T; U)	5,48	5,81	5,89	4,84	5,14	5,74	5,21	5,53	5,71
	Total Serviços	67,97	72,60	76,07	31,38	37,08	44,30	33,53	37,96	42,98

Total Geral	100	100	100	100	100	100	100	100	100
--------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: OIT, 2024.
Elaborado pelos autores.

Apesar grande heterogeneidade em sua composição, centro, semiperiferia e periferia apresentaram crescimento, em números absolutos, na média total de empregos criados entre as décadas 1990 e 2010. Como era de se esperar, a periferia obteve a progressão mais expressiva no número total de vagas de emprego criadas ao longo do período estudado. O grupo foi o único a manifestar aumento generalizado nas vagas de emprego dos três setores da economia nas últimas três décadas, registrando uma taxa de 56% de aumento. Em números relativos, o setor primário cedeu espaço para o secundário e terciário no estrato periférico.

Entre semiperiferia e centro, o crescimento médio de empregos nas últimas três décadas não ficou tão distante: foram 23 contra 15, respectivamente. Vale reforçar que o centro registrou decréscimo, em números absolutos e relativos, tanto no setor primário como no secundário; com destaque para o crescimento do setor terciário. Por outro lado, a semiperiferia demonstrou grande diminuição nos índices de emprego do setor primário, apesar de ainda ocupar a primeira posição em termos de empregabilidade; e crescimento, relativo e absoluto, para os setores secundário e terciário. O Quadro 2 abaixo sumariza e identifica quais foram as variações percentuais no número de empregos criados, por grupo de países e por setor da economia, entre as médias das décadas de 1991-2000 e 2011-2020.

Quadro 2 – Variação da média de emprego por atividade econômica, em países do centro, semiperiferia e periferia, entre 1991-2000 e 2011-2020

Setor	Atividade econômica (ISIC Rev. 4)	Centro	Semiperiferia	Periferia
Primário	Total Agricultura, silvicultura e pesca (A)	-33,93%	-24,43%	19,19%
Secundário	Mineração e extração (B)	3,86%	-2,64%	107,41%
	Indústrias de transformação (C)	-21,90%	30,61%	65,54%
	Infraestrutura (eletricidade, gás, água, saneamento...) (D; E)	49,48%	35,60%	112,58%
	Construção (F)	6,92%	148,93%	131,69%
	Total Indústria	-11,25%	52,27%	84,10%
Terciário	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (G)	4,32%	61,43%	109,73%
	Transporte, armazenagem e comunicações (H; J)	28,11%	75,23%	111,66%
	Atividades de alojamento e serviços de alimentação (I)	35,71%	169,86%	128,07%
	Atividades financeiras e de seguros (K)	6,60%	101,84%	175,66%
	Atividades imobiliárias; atividades profissionais, científicas e técnicas (L; M; N)	76,12%	254,16%	305,10%
	Administração pública e defesa; seguridade social obrigatória (O)	13,31%	31,05%	34,74%
	Educação (P)	28,71%	75,04%	84,40%

	Atividades de saúde humana e serviços sociais (Q)	52,96%	51,25%	84,21%
	Outros serviços (R; S; T; U)	23,75%	46,48%	70,94%
	Total Serviços	28,79%	74,52%	99,92%
Variação geral		15,07	23,60	55,97

Fonte: OIT, 2024
Elaborado pelos autores.

Resumidamente, é possível afirmar que, para o centro, as últimas três décadas representaram um período em que os setores primário e secundário perderam relevância tanto em número de vagas de emprego, como em participação relativa. No entanto, o setor terciário apresentou expressivas taxas de crescimento, principalmente no que tange aos serviços de ponta – como desenvolvimento social e tecnológico – dentro dos moldes da Terceira Divisão Internacional do Trabalho. Já para a semiperiferia, as últimas três décadas demonstraram, de modo geral¹, uma enorme diminuição no número de empregos no campo, acompanhada de massivo crescimento de empregos no setor industrial e serviços. Com uma média de 150 milhões de empregos destruídos no setor primário ao longo do período analisado, a semiperiferia despontou no crescimento dos setores secundário e terciário, de forma a ultrapassar o centro na quantidade proporcional de empregos alocados na indústria. O largo crescimento do setor terciário também indica uma adaptação, mesmo que fraca, em termos de competitividade perante a Terceira DIT.

A periferia foi o estrato de países que expressou estar em pleno estágio de expansão econômica (através da perspectiva do emprego). Como é possível visualizar no quadro de variações acima, todos os três setores da economia apresentaram altos índices de evolução, sem registrar um único decréscimo. Apesar de ser o estrato que demonstra o momento mais incipiente de desenvolvimento socioeconômico perante a Terceira DIT, a periferia apresenta fértil terreno para crescimento de empregos em todas as áreas da economia.

4.2. Emprego por ocupação

Este indicador agrupa empregos com funções e graus de responsabilidade similares em uma mesma categoria ocupacional, independentemente da atividade econômica, e os classifica segundo nível de qualificação e habilidade. Desta forma, é possível analisar aspectos que fazem

¹ É importante notar que a semiperiferia é um grupo de países muito heterogêneo. Os resultados observados em alguns países da América Latina (como México, Brasil e Argentina), foram muito distintos daqueles obtidos em nações do Leste Asiático (como China, Coreia do Sul e Taiwan), ao longo dos últimos trinta anos. Devido a maiores contingentes populacionais, a média geral desse estrato de países acaba sendo fortemente influenciada pelos índices de países asiáticos – notadamente a China.

uma força de trabalho mais ou menos competitiva no cenário internacional. Em sua composição estão fatores como grau de complexidade para execução de tarefas, capacitação profissional, formação educacional e experiências prévias. O indicador segue as diretrizes da ISCO-08 e está dividido em oito² grupos ocupacionais, fracionados em três categorias de habilidade (nível de habilidade 1, nível de habilidade 2 e nível de habilidade 3-4; sendo os níveis 3 e 4 aglutinados).

O indicador emprego por ocupação permite ter uma noção um pouco mais clara da Divisão Internacional do Trabalho. Através dele, podemos analisar, ainda que de maneira ampla, como está distribuída a mão de obra entre os países do sistema-mundo moderno, de acordo com qualificação, níveis de habilidade e similaridade de funções. Como se pode observar no Quadro 3, no primeiro momento, o que mais chama a atenção é a grande superioridade na concentração de empregos em ocupações tidas como cruciais para a Terceira DIT nos países centrais (nível de habilidade 3-4). Em alguns casos, a quantidade não é apenas proporcionalmente maior, mas também absoluta³. Mesmo com o acelerado crescimento de empregos nos grupos ocupacionais voltados ao informacionalismo, os países semiperiféricos e periféricos ainda se encontram muito longe chegar perto da média do núcleo orgânico.

Quadro 3 – Percentual do emprego por tipo de ocupação em países do centro, semiperiferia e periferia 1991-2020 (média por década)

Nível de habilidade (ISCED-97)	Ocupações (ISCO-08)	Centro			Semiperiferia			Periferia		
		1991-2000	2001-2010	2011-2020	1991-2000	2001-2010	2011-2020	1991-2001	2001-2011	2011-2021
3 - 4	Gerentes (1)	7,36	7,08	7,36	2,82	3,36	4,42	2,17	2,43	2,85
	Profissionais das ciências e das artes (2)	13,83	16,30	19,06	5,43	6,72	8,52	3,21	3,89	5,33
	Técnicos e profissionais de nível médio (3)	14,56	15,20	15,08	3,51	3,83	4,32	6,27	5,82	5,57
2	Trabalhadores de apoio administrativo (4)	14,32	12,93	12,00	3,20	3,71	4,38	2,05	2,28	2,73
	Trabalhadores dos serviços e vendedores do comércio (5)	17,03	18,52	18,87	10,31	11,10	11,96	12,76	14,71	16,68
	Trabalhadores qualificados da indústria, da construção e de outras atividades (7)	12,59	11,57	10,15	11,49	12,78	13,41	11,29	11,39	11,50
	Operadores de máquinas e instalações, e montadores (8)	7,74	7,08	6,39	6,45	6,69	7,15	4,93	4,93	5,81
1	Trabalhadores em ocupações elementares e trabalhadores qualificados da agricultura, da pecuária, da silvicultura e da pesca (96)	12,57	11,32	11,08	56,78	51,81	45,84	57,31	54,55	49,53

² Originalmente, ISCO-08 detém dez grupos ocupacionais, cada qual referente a um dos quatro níveis educacionais/de habilidade. No entanto, os dados das estimativas modeladas do ILOSTAT disponibilizam apenas nove grupos (excluindo as ocupações de Forças Armadas). Além disso os grupos 9 e 6 são apresentados de maneira conjunta, para fins de comparabilidade internacional. Portanto, o código 96 representa a aglutinação dos dados dessas duas categorias.

³ Ao longo das três décadas analisadas, o centro apresentou, em média, uma concentração relativa de empregos do nível de habilidade 3-4 aproximadamente três vezes superior à observada na periferia. Além disso, sua força de trabalho absoluta foi cerca de duas vezes maior em comparação com o mesmo grupo de países, apesar de contar com um contingente de trabalhadores cerca de 40% menor.

	TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
--	--------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------

Fonte: OIT, 2024.
Elaborado pelos autores.

Em média, ao longo das últimas três décadas, tanto na semiperiferia como na periferia, o Grupo 96 (Trabalhadores em ocupações elementares e trabalhadores qualificados da agricultura, da pecuária, da silvicultura e da pesca) figurou na primeira colocação como maior empregador; com algo próximo da metade dos empregos concentrados nesta área – como é possível visualizar no quadro acima. Isso denota que, esses países, ainda se encontram majoritariamente ocupados em empregos de baixa qualificação e nível de habilidade, em comparação com o núcleo orgânico. Por outro lado, é fundamental analisar distribuição de empregos do Grupo 2 para entender as assimetrias na disposição de “trabalhos de qualidade”; responsáveis pela maior produção de conhecimento e renda em comparação aos demais grupos ocupacionais. Ao passo que quase metade dos empregos nos países da periferia e semiperiferia estão concentrados em ocupações classificadas como elementares – ainda que em acelerada diminuição, como é possível ver no quadro abaixo –, no centro estes empregos representam apenas 11 da força de trabalho ocupada. Por si só, essa relação evidencia um grande sintoma das desigualdades na distribuição de empregos ao redor do globo.

Quadro 4 – Variação do percentual do emprego por tipo de ocupação em países do centro, semiperiferia e periferia 1991-2020 (pontos percentuais)

Nível de habilidade (ISCED-97)	Ocupações (ISCO-08)	Centro	Semiperiferia	Periferia
3 - 4	Gerentes (1)	0,01	1,60	0,68
	Profissionais das ciências e das artes (2)	5,23	3,09	2,12
	Técnicos e profissionais de nível médio (3)	0,52	0,80	-0,70
2	Trabalhadores de apoio administrativo (4)	-2,32	1,18	0,68
	Trabalhadores dos serviços e vendedores do comércio (5)	1,84	1,65	3,92
	Trabalhadores qualificados da indústria, da construção e de outras atividades (7)	-2,44	1,92	0,20
	Operadores de máquinas e instalações, e montadores (8)	-1,35	0,70	0,88
1	Trabalhadores em ocupações elementares e trabalhadores qualificados da agricultura, da pecuária, da silvicultura e da pesca (96)	-1,49	-10,94	-7,79

Fonte: OIT, 2024.
Elaborado pelos autores.

Portanto, como se pode observar no Quadro 4, a variação do percentual do emprego por tipo de ocupação em países do centro, semiperiferia e periferia 1991-2020, entre os universos

de trabalhadores das economias do centro, semiperiferia e periferia, na comparação do período 2011-2020 com 1991-2000, demonstra que o centro foi o grupo de países que mais aumentou a participação de profissionais do Grupo 2 em relação ao todo; seguido pela semiperiferia e pela periferia. Da mesma forma, é possível visualizar o declínio generalizado da participação de empregos em ocupações tidas como elementares (Grupo 96) em todos os estratos; mas principalmente no grupo periférico, que retraiu 7, e especialmente no semiperiférico, que diminuiu quase 11 perante os demais. Os empregos em ocupações de serviços de apoio administrativo (Grupo 4), assim como empregos industriais (Grupos 7 e 8), apresentaram declínio no centro; mas crescimento significativo na semiperiferia, e praticamente estabilidade na periferia. Já os empregos em serviços e vendas no comércio (Grupo 5), tiveram aumento relativo na participação entre todos os estratos de países; com destaque para a periferia, que avançou praticamente 4 nesse setor.

4.3. Distribuição da renda do trabalho

A distribuição da renda do trabalho é um indicador fundamental para assimilar as desigualdades intrínsecas ao capitalismo. Sua função é ajudar a entender como as receitas provenientes do emprego estão concentradas entre os diferentes estratos populacionais de um país, ou grupo de países, visando demonstrar onde se encontram os maiores acúmulos de renda. Esse indicador, conforme definido pela OIT (2022), corresponde à soma da remuneração dos trabalhadores empregados, assim como à parcela estimada da renda dos trabalhadores autônomos, o que inclui ganhos tanto pelo trabalho, quanto pela propriedade de capital. Desta forma, estima a renda oriunda do trabalho entre os decis populacionais – dez grupos de pessoas de igual tamanho –, tornando possível estimar quanto cada decil concentra, através de um ranking.

Quadro 5 – Porcentagem da renda total do trabalho apropriada por cada decil da população dos países do centro, semiperiferia e periferia por decil para 2004 e 2020.

Decil	Centro		Semiperiferia		Periferia	
	2004	2020	2004	2020	2004	2020
Decil 10	27,4	26,4	31,9	29,2	46,4	44,4
Decil 9	15,4	15,6	16,0	15,9	16,3	16,8
Decil 8	12,3	12,5	12,0	12,2	10,6	11,1
Decil 7	10,4	10,6	9,8	10,1	7,8	8,2
Decil 6	9,0	9,1	8,2	8,5	6,0	6,3

Decil 5	7,8	7,9	6,9	7,2	4,6	4,7
Decil 4	6,7	6,7	5,7	6,1	3,4	3,5
Decil 3	5,4	5,4	4,5	4,9	2,5	2,5
Decil 2	3,8	3,9	3,2	3,8	1,7	1,7
Decil 1	1,8	1,9	1,7	2,0	0,8	0,8

Fonte: OIT, 2022.
Elaborado pelos autores.

A análise do Quadro 5 revela mudanças sutis, porém significativas, na distribuição da renda do trabalho entre os países do centro, da semiperiferia e da periferia entre os anos de 2004 e 2020. Nos países centrais, observa-se uma leve desconcentração da renda, com o decil mais rico (Decil 10) reduzindo sua participação de 27,4% para 26,4%, enquanto os decis inferiores apresentaram pequenos ganhos. Essa estabilidade com tendência à suavização da desigualdade indica que os países do centro mantêm uma estrutura distributiva relativamente mais equilibrada, com maior participação dos segmentos médios e baixos na renda do trabalho.

Na semiperiferia, as transformações são mais evidentes. O decil 10 perdeu quase três pontos percentuais de participação na renda (de 31,9% para 29,2%), enquanto os decis inferiores e médios apresentaram crescimento, especialmente os decis 1 a 4. Essa redistribuição sugere uma reorganização interna mais dinâmica, com avanços na inclusão dos segmentos mais pobres e uma leve expansão da classe média. A semiperiferia, portanto, foi a zona que mais conseguiu desconcentrar a renda do trabalho no período analisado, refletindo possíveis mudanças na estrutura ocupacional e na inserção produtiva desses países no sistema-mundo.

Por outro lado, a periferia permanece como a zona mais desigual. Apesar de uma pequena redução na concentração do decil 10 (de 46,4% para 44,4%), os decis inferiores mantiveram-se praticamente estagnados, com o decil 1 apropriando apenas 0,8% da renda em ambos os anos. Isso indica que, mesmo com alguma desconcentração no topo, os ganhos não foram redistribuídos para a base da pirâmide. A persistência dessa estrutura revela barreiras sistêmicas à redistribuição da renda do trabalho, reforçando a posição subordinada da periferia na Divisão Internacional do Trabalho e sua limitação em promover inclusão social por meio do mercado de trabalho.

5. Considerações finais

Este artigo partiu do problema central de compreender como a Terceira Divisão Internacional do Trabalho (DIT) reorganiza o emprego e a renda do trabalho entre centro, semiperiferia e periferia, perpetuando desigualdades históricas no sistema-mundo capitalista. O

objetivo foi analisar, com base em dados empíricos e revisão crítica da literatura, as transformações recentes na estrutura ocupacional e distributiva do trabalho, especialmente diante da ascensão da *sociedade da informação*, da expansão do setor de serviços e da flexibilização das relações laborais.

As evidências coletadas nesta pesquisa sugerem que, apesar das profundas mudanças tecnológicas e produtivas, a lógica hierárquica da DIT permanece vigente. Países centrais concentram empregos de alta qualificação e renda, enquanto semiperiferia e periferia mantêm grande parte da força de trabalho em ocupações elementares e de baixa remuneração. A expansão dos serviços e a digitalização, longe de democratizar oportunidades, reforçam a segmentação internacional do trabalho e a precarização, sobretudo nas regiões periféricas da economia-mundo capitalistas. A análise empírica confirma os argumentos teóricos de autores como Wallerstein, Castells e Pochmann, mostrando que a globalização contemporânea reconfigura, mas não rompe, as barreiras estruturais à inclusão social e produtiva de maior parte da população mundial.

A principal contribuição do artigo está em articular o conceito histórico da DIT com evidências recentes, demonstrando que as transformações do mundo do trabalho devem ser compreendidas como parte de um processo dialético entre inovação tecnológica, realocação produtiva e reprodução das desigualdades globais. Ao integrar análise quantitativa e revisão teórica, o estudo buscou oferecer um panorama atualizado das tendências ocupacionais e distributivas que caracteriza a geografia internacional do trabalho.

Entre os limites da pesquisa, destaca-se a heterogeneidade dos países dentro dos blocos analisados, bem como a dificuldade de captar nuances regionais e setoriais apenas com dados agregados. Caminhos futuros incluem aprofundar a análise sobre o impacto da inteligência artificial, automação e novas formas de trabalho digital, além de investigar estratégias nacionais de enfrentamento à precarização e à desigualdade.

Nesse cenário, é importante sistematizar dados e organizar teorias capazes de enfrentar o constante avanço da dominação capitalista perante os direitos da classe trabalhadora historicamente conquistados. Além disso, o corrente reposicionamento dos países na hierárquica mundial da riqueza no moderno sistema-mundo pode ser uma oportunidade para pensar, de maneira menos predatória e mais igualitária, a própria divisão internacional do trabalho e, principalmente, a distribuição do excedente por ela gerada.

6. Referências

- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**. Brasília, 2002. Disponível em: www.mtecbo.gov.br. Acesso em: 22 abr. 2025.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- GEREFFI, Gary. **Global value chains and development: redefining the contours of 21st century capitalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- HUWS, Ursula. **Labor in the global digital economy: the cybertariat comes of age**. New York: Monthly Review Press, 2014.
- McMICHAEL, Philip. **World-Systems Analysis, Globalization, and Incorporated Comparison**. Journal of World-Systems Research, v. VI, n. 3, p. 668-690, 2000.
- MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. **The politics of operations: excavating contemporary capitalism**. Durham: Duke University Press, 2019.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Concepts and definitions: Classification of economic activities**. Genebra. Disponível em: <https://ilostat.ilo.org/methods/concepts-and-definitions/classification-economic-activities/>. Acesso em: 21 de outubro 2023.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Data collection and production**. Genebra. Disponível em: <https://ilostat.ilo.org/about/data-collection-and-production/>. Acesso em: 21 de outubro 2023.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Employment by sex and economic activity - ILO modelled estimates**. ILOSTAT Data Explorer, nov. 2024. Disponível em: <https://rshiny.ilo.org/dataexplorer45/?lang=en>. Acesso em: 21 mar. 2025.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Employment by sex and occupation - ILO modelled estimates**. ILOSTAT Data Explorer, nov. 2024. Disponível em: <https://rshiny.ilo.org/dataexplorer45/?lang=en>. Acesso em: 22 mar. 2025.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **International Standard Classification of Occupations (ISCO-08)**. Volume 1: Structure, group definitions and correspondence tables. Genebra, 2012. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/40dgreports/40dcomm/40publ/documents/publication/wcms_172572.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Labour income distribution - ILO modelled estimates**. ILOSTAT Data Explorer, nov. 2022. Disponível em: <https://rshiny.ilo.org/dataexplorer45/?lang=en>. Acesso em: 22 mar. 2025.
- POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

- ROBINSON, William I. **Global capitalism and the crisis of humanity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- SILVER, Beverly J. **Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.
- STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e Civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **O Declínio do Poder Americano: os Estados Unidos em um mundo caótico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century (The Modern World-System Vol.I)**. New York: Academic Press, 1974.
- ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.